

Em Grande Escala

Há algo no ar além da fusão da Boeing com a McDonnell Douglas. O mundo está passando neste final de século por uma escalada sem precedentes na concentração empresarial. A globalização dos mercados alterou completamente o espaço da competição e está exigindo esforço redobrado para a redução dos custos mediante pesados investimentos, e o aumento da eficiência e da produtividade.

O Brasil precisa ficar atento à movimentação da cena empresarial internacional se quiser realmente inserir sua economia no processo de globalização. Acabou-se o tempo dos ganhos fáceis num economia fechada e inflacionária, que pouco respeitava o papel do consumidor — personagem principal nas economias de mercado.

O resultado de tanta insistência num modelo autárquico avesso à concorrência, à competição e à prova da eficiência ainda é sentido diariamente pelo consumidor brasileiro: os preços da maioria dos bens de consumo vendidos no país custam de 50% a duas vezes mais do que nos mercados internacionais.

Em outras palavras, descontando-se eventuais distorções da taxa de câmbio, que não explicam nem 20% da diferença, isso significa que o Brasil está fortemente atrasado no seu ajuste aos ventos da competição em escala planetária.

Os outrora poderosos grupos empresariais brasileiros, que exploraram comodamente durante três ou quatro décadas prósperos cartórios empresariais viram-se subitamente expostos à prova dos nove da concorrência. Muitos não estão resistindo à competição. Só a economia de escala, a partir do esforço complementar de duas estruturais empresariais é possível enfrentar esse desafio da competição.

No caso brasileiro, a persistência de um comportamento autárquico e saudoso de um papel de

relevância do Estado na vida nacional — que não tem mais cabimento depois da queda do Muro de Berlim e da falência do modelo estatal de planejamento central — tem atrasado o encontro do Brasil com a hora da verdade.

Tudo isso só reforça a urgência do Congresso em imprimir celeridade às reformas modernizadoras do aparato institucional do país. A cada dia que passa a Constituição mais revela seu descompasso em relação às exigências do terceiro milênio. Uma Constituição concebida para perpetuar um modelo de desenvolvimento que já ruia quando ela ficou pronta, em 1988, não pode servir a um Brasil que pretende alcançar a linha de frente das nações mais desenvolvidas.

Um país que pleiteia assento no Conselho de Segurança das Organizações das Nações Unidas, de acordo com o peso de sua população e do seu Produto Interno Bruto não pode se conformar em ser tão atrasado em matéria de costumes políticos e definição de relações entre Estado e sociedade.

É preciso passar uma borracha nos resquícios de privilégios e cumplicidade que marcaram a presença do corporativismo funcional e empresarial nas entradas do Estado brasileiro. O fim da era Vargas no Brasil não passará apenas pela mudança dos costumes e instrumentos políticos que moldaram a sociedade brasileira nos últimos 60 anos.

A construção do novo Brasil vai exigir um setor privado mais forte e sem dependência ao Estado. A onda de fusões e incorporações entre empresas será, portanto, um capítulo indispensável da construção de uma nova sociedade. A modernização do sistema financeiro e das estruturas empresariais, que precisam se profissionalizar e pulverizar o capital para competir no cenário internacional, é o inicio do processo.